

PROCESSO Nº

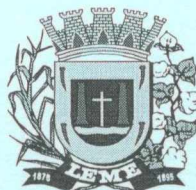
165/17

REG. PROC. Nº

07

FOLHA Nº

03



## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

## AUTOS DE

PROJETO DE LEI Nº 119/17

ACRESCE E ALTERA DISPOSITIVOS DA  
LEI 2.791/03

Autor: de

VER. ALEXANDRE DOS SANTOS LEME

## AUTUAÇÃO

Aos

11

dias do mês de

outubro de 2017

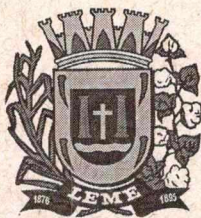
autuo.

DO P.L. Nº 119/17

Eu,

,subcrevi





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME  
R 165/17 Rs 22

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 119/2017**

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME

11/10/2017 13:23:12

Protocolo Nº 3678 / 2017

Tipo Docto: Projeto de Lei Ordinária nº 119

Data Inserção 10/10/2017

William Carlos Zero da Silva

*Acréscce e altera dispositivos  
da Lei 2.701, 28 de agosto de 2003 e dá outras  
providencias.*

**Artigo 1º.** O Artigo 4º, da Lei 2.701, de 28 de agosto de 2003  
passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Artigo 4º - As casas de comércio ou de  
diversões públicas, tais como parques, bares, cafés,  
restaurantes, cantinas, recreios, boates, "dancings", clubes  
recreativos, cabarés, edículas feiras industriais, comerciais e  
agrícolas e, ainda, locais de cultos religiosos, nas quais haja  
execução ou reprodução de números musicais por  
orquestras, instrumentos isolados, aparelhos, ou quaisquer  
outras fontes de emissão de sons e ruídos deverão  
apresentar projeto elaborado por técnico competente para a  
obtenção de alvará de funcionamento perante o Poder  
Público, visando a redução da intensidade dos sons e ruídos  
produzidos, de modo a não perturbar o sossego público e da  
vizinhança, como previsto nesta Lei.”**

**Artigo 2º.** O § 2º do artigo 6º, da Lei 2.701, de 28 de agosto  
de 2003 passa avigorar com a seguinte redação:

**Artigo 6º ...**

**(...)**



# REGISTRO

Registrado sob o nº de ordem 165  
fls 03, do Registro de Processo nº 7  
Leme, 11 de 10 de 20 17  
Funcionário [Assinatura]





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME

P 165/17 Rs 03

**§ 2º- Será penalizado com multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) o infrator que já tenha sido advertido anteriormente.**

**Artigo 3º.** Fica acrescido o artigo "6-A" na Lei 2.701, de 28 de agosto de 2003, com a seguinte redação:

**"Artigo 6º-A. As infrações à presente lei serão reprimidas mediante solicitação escrita das pessoas prejudicadas constando, de forma legível, o nome e endereço do signatário, ou mediante fiscalização do Poder Público. "**

**Artigo 4º.** Fica acrescido o artigo "6º-B" na Lei 2.701, de 28 de agosto de 2003, com a seguinte redação:

**"Artigo 6º-B - Preenchidos os requisitos previstos no artigo 6º, o não atendimento das providências de fiscalização a que se refere esta lei pelo órgão competente do Município, implicará na instauração de Sindicância Administrativa, sem prejuízo das responsabilidades na forma da Lei Penal vigente. "**

**Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.**

Sala da Sessões, Palmiro Ferreira Vieira, em 10 de outubro de 2.017

Alexandre dos Santos Leme  
Vereador

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA  
RESOLUÇÃO Nº 337/2016**





## JUSTIFICATIVA

Tivemos a oportunidade de apresentar um projeto de Lei Ordinária que aperfeiçoa a Lei Municipal nº 2701/2003, tornando-a mais eficiente e ativa na fiscalização da emissão de sons e ruídos em nosso município.

Não é demais lembrar a todos o descontentamento geral da nossa população manifestado veementemente nas redes sociais, quando da realização da Festa do Peão, pois o incomodo foi tão ostensivo que foi criticado por todos os cantos da nossa cidade, até mesmo nas periferias, onde o descanso é necessário, porque o dia seguinte a luta é grande e árdua.

Entretanto, raramente a poluição sonora é tratada sob o ponto de vista do meio ambiente e do direito ambiental, incluindo aí seu estudo como fonte poluidora, suas consequências à saúde pública e a proteção jurídica dos cidadãos.

Como sabemos existem muitas formas de poluição, cada qual com seus efeitos danosos ao meio ambiente. Entre elas está a poluição sonora que também pode trazer gravíssimos danos principalmente ao ambiente humano.

No âmbito da legislação ambiental poluição é definida no art. 3º, III, da Lei 6.938/81, como a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: prejudiquem a saúde, segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos. É importante salientar que a poluição sonora se dá através do ruído que é um som indesejado que agride ao ouvido humano.

Ultimamente tem crescido a percepção de que a poluição sonora é uma das formas graves de agressão ao meio ambiente, no qual o ser humano está logicamente inserido; aliás somos o principal ator, já que somos os maiores degradadores da natureza. Segundo a Organização





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME  
R 165/17 Rs OS

Mundial de Saúde (OMS), o limite tolerável ao ouvido humano é de 65 dB (A); acima disto o nosso organismo sofre de estresse. Este por sua vez aumenta o risco de doenças e com ruídos acima de 85 dB (A) aumenta o risco de comprometimento auditivo. Quanto mais tempo exposto maior o risco a que se expõe a pessoa. Dois fatores são determinantes para a amplitude do dano: o tempo de exposição e o nível do barulho a que se expõe a pessoas ou pessoas, sendo bom observar que cada caso tem suas características e grau de consequências.

Quando a poluição sonora é restrita a um determinado local, ou área, o problema pode ser considerado localizado e as vezes de pequena proporção, mas quando ela atinge grande parte da cidade, como no caso de trânsito intenso e corredores de tráfego a questão passa a ser mais ampla e generalizada, pois além de atender os moradores próximos às vias públicas barulhentas, atinge também aos que passam por elas, tornando-se assim um problema de saúde pública. Este tipo de poluição vem sendo reconhecida mundialmente como questão de saúde, tanto que já há inclusive o Plano Nacional de Saúde Ambiental da Europa que trata da ligação do barulho excessivo à saúde, conforme noticiado pela imprensa em geral.

A Lei 8.078/90, que trata do consumidor, em seu art. 9º e 10º, proíbe o fornecimento de produtos e serviços que desobedeçam às normas de proteção acústica. Constitui-se ainda crime "colocar no mercado, fornecer ou expor para fornecimento produtos ou serviços impróprios (art.62). Já a Resolução 008/93 – CONAMA estabelece limites máximos de ruídos a várias espécies de veículos automotores.

Portanto, a poluição sonora por se tratar de um problema social e difuso deve ser combatida pelo poder público e por toda a sociedade, individualmente mediante ações judiciais de cada prejudicado ou pela coletividade através da ação civil pública (Lei 7.347/85), para a garantia ao direito ao sossego público. Este, o sossego público está resguardado no art. 225, da Constituição Federal, que diz ser direito de todos o meio ambiente equilibrado, o que não se pode considerar como tal em havendo poluição sonora, quer doméstica, urbana, industrial ou no trabalho.





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. LEME	
165117	06

Razão pela qual torna-se necessário as alterações aqui apresentadas e, nesta oportunidade solicito aos meus Pares a aprovação do presente projeto.

Sala da Sessões, Palmiro Ferreira  
Vieira, em 10 de outubro de 2.017

Alexandre dos Santos Leme – Vereador

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA  
RESOLUÇÃO Nº 337/2016.**





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**Estado de São Paulo**

<b>C.M. LEME</b>	
Pr 165/17	Fls 07
mG	

Com base no Artigo 189 do Regimento Interno desta Casa de Leis, archive-se o presente projeto.

Leme, 30 de dezembro de 2020.

  
JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI

Presidente